



S U M Á R I O

- 2 **Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha? A dimensão política**
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 5 **Bush, o Iraque, Kerry e os Democratas**
Cristina Soreanu Pecequilo
- 9 **A liderança política mundial compartilhada: Alemanha e Estados Unidos e as macroeconomias divergentes**
José Ribeiro Machado Neto
- 12 **Eleições americanas e o semblante político de Reagan**
Virgílio Arraes
- 14 **Uma agenda sobre o quê não fazer: os equívocos da “sociedade civil”**
Paulo Roberto de Almeida
- 19 **A crise no Sudão**
Pio Penna Filho
- 21 **El Mercosur y los diez años de Ouro Preto: hacia una nueva estructura institucional del bloque?**
Lincoln Bizzozero
- 24 **O Mercosul na geladeira**
Janina Onuki

Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha? A dimensão política

Paulo Antônio Pereira Pinto*

O ano de 2004, conforme mencionado na coluna anterior, iniciou-se com sérias indagações sobre a possibilidade de um futuro formoso para Taiwan. O debate em torno do processo de reintegração ao continente chinês, influenciado por Washington e Pequim, reforçava dúvidas quanto à segurança do destino de 23 milhões de cidadãos taiwaneses.

Na dimensão política interna, ademais, havia instabilidade capaz de dividir a população da ilha em duas correntes antagônicas.

O principal tema, então questionado, era o relativo à existência de “uma China” ou de “um país em cada lado do estreito”. Nesse sentido, os taiwaneses encontravam-se polarizados em torno, por um lado, da aliança entre o Partido Nacionalista Chinês (Kuomintang – KMT), o “People First Party” (PFP) e o Novo Partido – denominada “pan azul” – que defendia o conceito de “uma China”.

Por outro, havia frente formada pelo ex-Líder Lee Teng-Hui, que preside a União de Solidariedade de Taiwan e o Líder atual Chen Shui-Bian, Presidente do Partido Democrático Progressista – conhecida como “pan verde” – que atestava a existência de “um país em cada lado do estreito”.

O “campo” azul defendia, como temas principais, o conservadorismo, a estabilidade, valores tradicionais e um forte sentido de nacionalismo da “Grande China”.

De sua parte, os “verdes” concentravam-se nas conquistas democráticas obtidas, graças à luta do PDP, quando em oposição ao regime do KMT, à construção de uma identidade cultural taiwanesa e reformas que possibilitem a mobilidade social, como instrumentos para consolidar o término de uma Era ditada pelo Kuomintang.

Em 2000, o Partido Nacionalista Chinês (KMT), imposto no poder em Taipé, por Chiang Kai-shek, desde 1949, fora derrotado nas “eleições presidenciais”. A vitória do PDP, no entanto, fora resultado inteiramente da divisão do KMT, cujo candidato, Lien Chan, obteve 2.9 milhões de votos (22%). James Soong, candidato independente que havia sido expulso do Kuomintang, recebeu 4.6 milhões (36%) e Chen Shui-Bian, independentista, fora vitorioso, com 4.9 milhões de eleitores (39%).

Com vistas ao pleito de 2004, Lien Chan e James Soong – que se tornou presidente do PFP – pareciam determinados a consolidar a tal aliança “pan azul”. Mesmo tendo obtido votação superior a Lien, Soong estaria disposto, então, a candidatar-se ao posto de vice, com a promessa de ocupar o cargo de Primeiro-Ministro e ser o candidato a líder, em 2008, caso retornassem ao poder.

O Partido Kuomintang, que pretendia recuperar o poder, advogava uma postura mais flexível quanto ao nome da ilha. A discussão sobre “soberania” – referente à existência de “uma China” – deveria ser adiada, enquanto consideram que a “República da China” continuava a existir, sim, conforme estabelecida em 1912. A fórmula de integração chinesa de “um país, dois sistemas” não seria, contudo, aceitável. Por enquanto, caberia apenas conversar com Pequim sobre questões técnicas, decorrentes de intercâmbio cada vez mais intenso, entre as duas margens.

Segundo os seguidores do Kuomintang, seria o progresso constante da economia e do “sistema democrático” da ilha que, em momento futuro, proporcionaria seu amplo reconhecimento

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo são exclusivamente as de seu autor.

internacional, no âmbito de alguma fórmula de integração em “uma Grande China”.

Lee e Chen, em nome dos “verdes”, em contrapartida, juravam, com vistas às eleições de março último, que existe “um país, em cada lado do estreito” e que o preceito de “uma China”, ditado pela RPC, não é admissível. Insistiam que, qualquer negociação com os chineses deveria iniciar-se com este entendimento.

Assim, a concepção do Partido Democrático Popular, quanto à existência de “um país em cada margem” difere-se da visão do KMT, a respeito da sobrevivência da “República da China”. A primeira trata Taiwan como um “Estado soberano”, independente da China, opondo-se à reivindicação de soberania de Pequim sobre a ilha.

A segunda preferiria manter a estrutura de confrontação herdada do período da Guerra Fria, que perduraria o conflito histórico entre o sistema político da RPC e o modelo de governança e organização de mercado vigente aqui, a partir de 1949. Neste último caso, não haveria “divisão territorial”.

No que diz respeito ao crescente intercâmbio entre as duas margens, o Kuomintang e o PDP ofereciam, também, visões distintas. Para o partido que visava a recuperar o poder, o continente chinês estaria prestes a tornar-se uma potência econômica. Empresas taiwanesas, portanto, deveriam tirar o melhor proveito possível desta evolução, enquanto desfrutavam das vantagens competitivas de um imenso território tão próximo e com vasta população que fala a mesma língua e compartilha da mesma cultura que os formosinos.

Para Chen Shui-Bian, contudo, o fenômeno de crescimento chinês representava grave ameaça, na medida em que provocava a transferência do parque industrial taiwanês, causando o desemprego nesta margem. Dessa forma, as autoridades locais em Taipé pouco progresso permitiram, durante sua primeira administração da ilha, em termos de facilitar investimentos na RPC. Mesmo a questão dos transportes diretos, através do estreito, continuava em compasso de espera, apesar do aumento de

custos que tal impedimento representava para os empresários que já transferiram suas fábricas para o outro lado.

Cabe lembrar que, até o momento da primeira vitória do PDP, que elevou Chen Shi-Bian à condição de líder máximo, (março de 2000) o processo de discussão sobre a reintegração de Taiwan à China fora determinado por dinâmica condicionada pela disputa entre o Partido Comunista Chinês (PCC) e o Kuomintang (KMT).

Em 1991, as autoridades taiwanesas decidiram que não era mais realista esperar que Taiwan viesse a reunificar a China à força. Parece conveniente ressaltar que, até então, a opção de emprego de meios militares era considerada válida pelo Kuomintang, para seu retorno ao governo central. Doravante, passou-se a reconhecer que o Partido Comunista Chinês governava o outro lado do estreito e que a reunificação do país dependeria de diálogo e, não mais, da confrontação armada.

Até março de 2000, portanto, a disputa sobre a reunificação da ilha tratava-se muito mais de conflito não resolvido, entre os seguidores do PCC e do KMT, sobre quem teria o mandato para governar a China e/ou Taiwan, do que de exercício acadêmico de buscar acordo sobre se, no lado formosino do estreito, existe uma “entidade política” ou “estado”.

Ao ser eleito há quatro anos, Chen Shui-Bian pronunciou discurso de posse, no dia 22.05.00, em Taipé, com o título de “Taiwan levantou-se” (repetindo declaração de Mao Zedong, havia 51 anos, em Pequim, quando este proclamara “a China levantou-se”). Ao final, Chen declarou-se um “filho de Taiwan” e endereçou ao público uma exaltação à “Nossa Terra – Formosa”. Formulou, também, votos de felicidades à “República da China”. Sob a administração do Kuomintang, a população taiwanesa estava acostumada a ouvir louvores apenas a esta última, sem que houvesse referências a Taiwan como “a terra” dos residentes nesta margem do estreito.

Houve, no entanto, amplas manifestações de boa vontade aos dirigentes chineses e compromissos com “cinco não’s”: à independência; à mudança de nome

(R.O.C.); à inclusão da teoria de “dois Estados” na constituição; a “referendum” sobre a reunificação; e a mudanças na política em vigor quanto à reintegração.

O ponto mais controverido fora sua resposta à exigência chinesa de reconhecimento de “uma China”, durante o discurso. Chen ficou aquém das expectativas de Pequim, ao afirmar que “líderes das duas partes possuem sabedoria e criatividade suficientes para juntos lidarem com questão de “uma China”, no futuro.

Quatro anos depois, em seu pronunciamento de 20.05.04, o líder, ao ser reempossado, expressou seu entendimento quanto à insistência chinesa no princípio de “uma China”, ao mesmo tempo em que registrou a impossibilidade da aceitação de tal conceito por Taiwan. Agregou, contudo, comentários interessantes sobre o fato de que a União Européia “integrou com sucesso os interesses dos povos europeus”. Tal experiência, afirmou, “tem implicações de longo alcance, na medida em que a tendência no sentido da integração regional conduziu a mudanças fundamentais no pensamento convencional sobre soberania nacional e fronteiras territoriais”.

Cabe registrar, também, a declaração de Chen de que “havendo consentimento da população taiwanesa, no futuro, a “República da China” e a RPC – ou Taiwan e China – podem procurar estabelecer relações de qualquer forma possível”.

Registra-se, assim, que, em seu primeiro discurso de posse, em 20.05.2000, o líder formosino, enquanto também se negava a reconhecer, naquele momento, “uma China”, acenara com a possibilidade de “uma China futura”. Neste seu segundo discurso de posse, em 20 de maio de 2004, Chen parece sugerir que o caminho para a integração da ilha ao continente poderia ocorrer por meio de um modelo europeu, formando-se algo semelhante a uma “União Chinesa”, a incluir ambos os lados do estreito.

Futuro favorável para a questão de Taiwan, portanto, em sua dimensão de segurança, conforme analisado na coluna anterior, dependeria da consolidação de tendências como: “não à independência, não à utilização da força”.

Em seu patamar político, verifica-se que, para a China, a reunificação da ilha significará o término de período de humilhações que lhe foram impostas, desde meados do século XIX, tanto pelo ocidente, quanto pelo Japão. Assim, com o retorno de Hong Kong e Macau, Formosa será a etapa final no processo de recuperação da soberania sobre todo o “Império do Centro”.

Os taiwaneses, de sua parte, encontram-se expostos a sentimento nacionalista crescente. Isto porque, fortalece-se a idéia de que, com as conquistas obtidas na ilha, em termos de uma democracia eleitoral consolidada, Taipé acreditaria adquirir nova legitimidade para sua inserção internacional, sem precisar submeter-se aos desígnios de Pequim.

Dessa forma, para os chineses, a evolução mais favorável, na dimensão política, seria a do acordo, entre as duas margens do estreito de que: existe apenas “uma China”, representada pela RPC, da qual Taiwan faz parte. Em contrapartida, para os formosinos, desde as sucessivas eleições de Chen Shui-Bian, em março de 2000 e 2004, para o cargo mais alto de liderança local, a ilha deveria ser tratada em condições de igualdade, pelo continente. Isto é, Taiwan não seria uma província chinesa, mas, sim, um Estado, tal como a China.

Os componentes da dimensão política no cenário mais favorável para Taiwan seriam, portanto, “uma China, duas interpretações”, sem que a discussão sobre soberania fosse condicionante para a tratativa de temas práticos, de interesse comum. Neste patamar, as dificuldades maiores dizem respeito, por um lado, ao receio de Pequim de que o espaço deixado a “interpretações” possa ser usado por Taipé, para maior legitimidade internacional e, por outro, ao medo formosino de ser a ilha definitivamente eliminada da vida entre nações.

Tais desenvolvimentos, portanto, dependerão de “engenho e arte” e de boa dose de ambiguidade, que parece, no momento, estarem faltando a ambas as partes.

Bush, o Iraque, Kerry e os Democratas

Cristina Soreanu Pecequilo*

Na última semana de Julho, os democratas realizaram sua convenção nacional, formalizando a candidatura de John Kerry à Casa Branca, tendo John Edwards como seu companheiro de chapa. Esta convenção, realizada a cem dias das eleições presidenciais, e a republicana programada para o final de Agosto, abrem a campanha, que tende a intensificar-se até o pleito em Novembro. Nestes próximos meses, a expectativa é que os dois candidatos, Bush e Kerry, enfrentem-se em debates televisivos, ao mesmo tempo em que individualmente aprofundam seus esforços na mobilização das bases internas de seus partidos. Até o momento, ambos continuam empatados tecnicamente em todas as pesquisas eleitorais, sugerindo que, como em 2000, somado o agravante dos atentados terroristas de 11/09, teremos uma eleição bastante apertada que poderá ser decidida por poucos votos.

Como já abordamos em um artigo anterior¹, apesar de todas as crises que ameaçam a sua presidência, Bush continua sustentando este empate técnico com Kerry, beneficiando-se do medo e da inércia que tomou conta do eleitorado. Embora a popularidade de Bush esteja relativamente baixa, situando-se em torno de 45-50%, quase mais de 60% dos americanos ainda acreditam que os republicanos estejam mais preparados para combater o terrorismo do que os democratas. Paradoxalmente, quanto mais se reforça o medo, com a elevação dos níveis de alerta nas principais cidades e centros financeiros americanos, melhor se posicionam os republicanos. A mudança possível de liderança de Bush para Kerry é vista com desconfiança por parte do eleitorado, situação que é explorada pela Casa Branca. Os republicanos usam da justificativa de que o risco ainda ameaça os EUA

porque a guerra anti-terror está no começo e será de longa duração e Bush é aquele que melhor a conhece.

A mencionada elevação dos níveis de alerta internos e o anúncio de Bush de que as eleições poderiam ser adiadas caso os EUA sofressem um ataque terrorista são alguns episódios preocupantes com relação à manipulação de fatos relacionados ao terrorismo para sustentar esta posição. Para os democratas, estes procedimentos fazem parte de um processo de desestabilização da opinião pública em prejuízo do debate eleitoral, desviando o foco das atenções dos dados concretos da situação americana. No caso, tal percepção baseia-se em denúncias de que a Casa Branca estaria se utilizando de dados antigos de inteligência para sustentar estes alarmes. Avançando seus argumentos, os democratas indicam que esta situação é similar ao processo de convencimento utilizado para justificar a guerra do Iraque, maximizando riscos a partir de interpretações parciais dos dados. Igualmente, estas informações vem se demonstrando inadequadas também no que se refere à logística da guerra e a construção da paz.

Existe uma clara discrepância entre as avaliações positivas da Casa Branca e do Departamento de Defesa (DOD) a respeito da situação política iraquiana e a receptividade às forças americanas e a realidade. Para Washington, à exceção do Departamento de Estado que previa em um relatório a instabilidade do pós-guerra e os entraves à reconstrução, tanto a operação militar quanto a transição política ocorreriam de maneira tranquila e rápida. Tais premissas sustentaram-se na crença de que as forças americanas seriam bem recebidas e apoiadas.

Todavia, como tem demonstrado os fatos concretos, nenhuma destas idéias pode sustentar-se

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais (UNIBERO) e Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS.

¹ “O Ano Eleitoral: Primeiras Avaliações”, disponível neste site

e um cenário de “paz”, mostra-se ilusório. O processo de transferência de poder no Iraque, acelerado para tentar diminuir a crise e fragmentação interna, não tem surtido os efeitos esperados. Segundo o discurso dos EUA, o Iraque é, desde 28 de Junho, um Estado soberano, chefiado por Iyad Aladi, antigo aliado (e membro do governo de Hussein nos anos 1970 até ser banido). Aladi recebeu o poder das forças de ocupação antes comandadas por Paul Bremer que foi substituído por John Negroponte, nome de confiança da ala neoconservadora, que assumiu o cargo de Embaixador dos EUA no Iraque.

Tal transferência havia sido previamente legitimada por uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, na qual também se definia um cronograma para a redemocratização. Tanto a resolução quanto este cronograma foram, na verdade, validados pós-facto pela ONU, tendo sido construídos a partir de decisões americanas com a participação do enviado da instituição, Brahimi. Segundo este cronograma, encontram-se previstos para Janeiro de 2005 a eleição de uma Assembléia Nacional que redigirá a Constituição permanente, em outubro um referendo popular sobre esta carta e, em Dezembro, eleições presidenciais. A transição do Iraque foi realizada simultaneamente à reunião da OTAN na Turquia, simbolizando, segundo a Casa Branca, a reunião do ocidente e do oriente. Na oportunidade, contudo, este espírito de reconciliação foi quebrado em um discurso de Bush² que pedia maior empenho das nações árabes no combate ao terrorismo e na redemocratização de suas sociedades como parte da reestruturação geral do Oriente Médio.

Na prática, o Iraque não é hoje, ainda, um país soberano, existindo limitações a alguns pilares tradicionais que definem se o Estado é, ou não, capaz de se autogovernar e exercer poder de mando em seu território. Dentre estas limitações encontram-se a questão da defesa interna e externa, ainda sob a responsabilidade dos EUA, assim como o processo de reconstrução. Adicionalmente, os americanos, a

despeito da dissolução da Autoridade Provisória, possuem grande poder de interferência. Bremer, antes de deixar o cargo, editou uma série de resoluções que restringem o poder de decisão autônoma do novo governo interino sob o processo político-eleitoral, criando-se uma comissão que pode desqualificar candidatos. Esta comissão, assim como outros cargos-chave, estão sob a responsabilidade de aliados (iraquianos indicados por Bremer), assim como de “inspetores” americanos que monitoram setores como defesa e tecnologia nuclear.

Em meio a isso, o cenário iraquiano continua volátil e instável. A transferência de poder não gerou uma diminuição significativa da violência, também não existindo um aumento da participação da ONU ou de outras nações além das já pertencentes à coalizão original. Na verdade, à medida que estrangeiros continuam sendo alvos de sequestros dentro do Iraque, pudemos observar uma diminuição da participação destas nações nas operações. Seguindo o governo espanhol, outros retiraram suas tropas em troca da libertação de civis ou diante da ameaça de ataques terroristas. Apesar destas participações serem pouco importantes em termos de logística, elas possuem peso político, uma vez que indicavam o apoio aos EUA. Porém, os custos deste apoio tem se tornado elevados e, sem os benefícios esperados pelo alinhamento, tal estratégia é abandonada. Ainda no campo militar, a impossibilidade de que os EUA diminuam sua presença em solo iraquiano levou ao prolongamento da missão de várias unidades militares, acentuando seu desgaste.

Por fim, a presidência Bush é também pressionada interna e externamente pelas pendências relativas ao julgamento de Saddam Hussein, criticada pelas torturas na prisão de Abu Graib e pelo tratamento de presos acusados de terrorismo em Guantanamo e outras prisões dos EUA. Bastante presentes quando da divulgação inicial das fotos e videos de Graib, denúncias de que o governo e o Departamento de Defesa teriam autorizado a tortura por meio de uma

² *The Washington Post*, June 29, 2004.

redefinição de seu conceito (práticas agressivas de interrogatório seria o termo utilizado), hoje encontram-se abafadas, havendo o julgamento de alguns envolvidos (alguns pediram a renúncia e/ou demissão de Donald Rumsfeld). Internacionalmente, diversos protestos foram feitos e, domesticamente, as denúncias sobre Guantanamo foram levadas à Suprema Corte Federal. Tal Corte, em uma importante decisão, rechaçou a justificativa da segurança nacional para impedir o acesso de acusados de terror (os chamados *enemy combatants*) a advogados e outros procedimentos legais, afirmando que guerra não deve ser feita às custas das liberdades.³

Diante de tais acusações, os republicanos reagiram abertamente, assumindo a postura de que estas ações foram, e continuam sendo, necessárias. Assim, o governo defende sua posição, indicando que, desta vez, os EUA não serão surpreendidos por um novo ataque. As guerras, os alertas, a espionagem são respostas naturais ao atual cenário de risco que o país vive desde 2001. Trata-se de uma escolha que nasce das recomendações da comissão independente que avaliou 11/09 e demandou o aperfeiçoamento dos mecanismos de combate ao terror. Inicialmente, os republicanos haviam negado a validade de parte das avaliações desta comissão, uma vez que esta sustentava que as ações da presidência pré e durante os atentados teriam sido equivocadas, ou, no mínimo, despreparadas e desfocadas. Contudo, a importância do tema trouxe uma atenção renovada ao relatório final, aceitando-se e utilizando-se seus alertas.

Em termos gerais, o relatório é difuso e nada sugere que 11/09 poderia ter sido realmente evitado apesar da revelação de uma sequência de erros das presidências Bush e Clinton na possível prevenção dos mesmos. De acordo com o texto dez oportunidades de barrar a preparação dos atentados teriam sido perdidas, existindo inúmeras falhas nos procedimentos de segurança tomados naquele dia. Outra constatação

é que não existem provas concretas da relação entre o Iraque e Al-Qaeda nos atentados de 2001 e nem mesmo hoje. Este último ponto, deve-se destacar, é muito contestado por membros da administração Bush, como Paul Wolfowitz, apesar da ausência de provas. Wolfowitz e o DOD também consideram que a resistência iraquiana é produto das ações da Al-Qaeda, havendo a influência permanente deste grupo na Síria e no Irã. Ambos os países continuam sendo inimigos dos EUA e poderão estar sujeitos a intervenções preventivas.

No que se refere a estas intervenções, os resultados do Iraque tem sido um elemento central no adiamento de operações similares, o que estaria levando a mudanças de visão dos falcões. Para Daalder e Lindsay (2003)⁴, é patente o fracasso da revolução estratégica preventiva uma vez que seu objetivo central, o aumento da segurança americana, não foi alcançado. Além disso, existe uma quebra profunda no consenso intra-governamental no que se refere à política externa, cujas consequências poderão ser tanto uma reversão de curso como um aprofundamento de tensões (GOLUB, 2004). Entretanto, é cedo para se afirmar que estejamos assistindo uma mudança de postura real no pensamento estratégico dos neoconservadores. Podemos sugerir que esta aparente reversão de táticas diante das presentes dificuldades seja apenas um ajuste e acomodação diante de uma eleição disputada e os custos do Iraque. Apesar de uma maior visibilidade de Colin Powell (e um consequente “desaparecimento” de Donald Rumsfeld e Dick Cheney) não parece factível afirmar que os moderados estão reconquistando seu espaço e que esta será uma tendência duradoura.

Para os democratas, esta situação de acúmulo de problemas republicanos, mas, ao mesmo tempo, de manutenção do empate técnico com Bush tem se mostrado, como mencionamos, particularmente desafiadora e de difícil superação. O partido tem

³ LEWIS, Anthony. “The court v. Bush”. NYT, June 29, 2004

⁴ Sobre este debate ver GOLUB, Philip. “United States: the consensus splits”. *Le Monde Diplomatique*, English/Eletronic Edition, June 2004; WRIGHT, Robin. “Iraq occupation erodes Bush doctrine”, *The Washington Post*, June 28, 2004; DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. **America unbound**. Washington: Brookings Institution. 2003

procurado montar sua plataforma em torno da segurança nacional e criar fatos de impacto como a nomeação de John Edwards para a vice-presidência. Político do Sul, de classe média baixa e um *self-made man*, Edwards incorpora um elemento mais humanizador e popular à campanha de Kerry, visto como distante e aristocrático, unindo, como Edwards define, “as duas Américas”. Tem se procurado destacar a tradição do partido e seu passado com a presença de Jimmy Carter e Bill Clinton⁵ (e outros como Al Gore), assim como a sua união e diversidade, tornando mais conhecido Kerry, cujo passado no Vietnã foi bastante celebrado.

Durante a Convenção Nacional Democrata, inclusive, o discurso de aceitação de Kerry (KERRY, 2004)⁶ iniciou-se simbolicamente com a frase: “I’m John Kerry, and I’m reporting for duty”. Além disso, o discurso prometeu uma “América forte dentro de casa e respeitada fora dela”, promovendo-se a reconciliação dos EUA com seus aliados, as organizações internacionais e, principalmente, com seus valores. Somente desta forma, segundo Kerry o terrorismo poderá ser combatido, e os problemas internos como empregos e déficits corrigidos. Outros temas lançados durante a convenção foram “a esperança está a caminho” por Edwards, “a ajuda está a caminho” e “a América pode fazer melhor” por Kerry. Assim como Clinton tinha o “mandato para a mudança” e o “é a economia, estúpido”, Kerry espera uma frase de impacto que o ajude a sintetizar sua campanha. Porém, ela não foi encontrada ainda e os

efeitos pós-convenção nas pesquisas tem sido mínimos. Paralelamente, uma preocupação democrata adicional é não somente vencer a corrida pela Casa Branca, mas retomar a maioria seja na Câmara ou no Senado, quebrando o controle republicano estabelecido desde 1994.

Até as eleições, passando pela convenção republicana de Agosto, observaremos os democratas tentando ganhar terreno e Bush, obviamente, querendo mantê-lo. Contudo, como mencionado, a tendência é que esta seja uma eleição apertada se não ocorrerem surpresas. Também deve ser observada a participação de Ralph Nader no páreo novamente, retirando votos de Kerry, imune aos apelos democratas para renunciar a sua candidatura, mas aceitando que republicanos colem assinaturas para validá-la. Assim, estamos diante de uma campanha centralizada no terror, na qual os problemas americanos internos e as deficiências do atual governo são encobertos pelo temor em mudar. E, talvez, mais do que mudar ou manter Bush, os americanos parecem estar em busca da retomada de um passado recente sem vulnerabilidade e motivado por paixões, como demonstrou o discurso mais empolgante da campanha até agora, proferido pelo ex-presidente Bill Clinton. Em sua fala, Clinton alcançou o que Kerry tentou fazer: mostrar que a América era e, poderia voltar a ser, melhor, trazendo de volta a promessa de um EUA no qual a força não caminhava separada da sabedoria e, por que não, da sedução e da simpatia.



⁵ Cujo livro de memórias recentemente lançado, *My Life*, é um *bestseller*

⁶ KERRY, John. “Acceptance address- 2004 Democratic National Convention”. www.cnn.com June 29, 2004

A liderança política mundial compartilhada: Alemanha e Estados Unidos e as macroeconomias divergentes

José Ribeiro Machado Neto*

A aceitação do enunciado de que todo modelo econômico tende à exaustão pode ser estendida para o campo político, admitindo-se que os regimes governamentais tendem também à exaustão, ainda que sejam por causas diferenciadas. Esta identidade nos conduz a um corolário fundamentado no extenso círculo de transformações político-estruturais, observado no final do século XX.

Para validar a aceitação desse corolário, têm-se exemplos históricos que remontam a séculos. Inicialmente a queda do Império Romano do Ocidente no século V, em seguida o desaparecimento do Império Romano do Oriente em 1453, o declínio da expansão árabe na Europa, o declínio da monarquia espanhola a partir do século XVI, a perda da soberania inglesa na América depois de 1776, a queda da monarquia francesa em 1789, a extinção da dinastia dos Romanov em 1917, o desaparecimento do II Reich e da Casa da Áustria, em 1918, a desmistificação do Império Japonês em 1945 e, por último, a supressão da monarquia iraniana em 1979.

É admissível afirmar que a queda do muro de Berlim em 1989 e a imediata desintegração da URSS e de seu bloco aliado possam ser aceitas como exaustões naturais, seguidoras da ordem natural da história e não como tragédias históricas, como insistem alguns remanescentes da velha guarda da *rive gauche*. Independentemente de qualquer rotulação, esses fenômenos devem ser vistos como as manifestações políticas de maior significância sócio-estrutural do final do século XX. Suas conseqüências foram além da finalização da Guerra Fria ao permitirem a instalação de uma nova arquitetura geopolítica européia, consolidada com a reunificação alemã, que,

contrariamente a Spengler e Mises, consolidou a supremacia do Ocidente.

A abrangência política do novo quadro europeu não chegou, ao menos, a ser atenuada pelos impactos dos conflitos étnicos da antiga Iugoslávia pós-Tito, que diante do posicionamento difuso e tardio do Ocidente, levaria a Organização das Nações Unidas e, em particular, os EUA a incursões políticas e militares de resultados pífios, contrariando a recente assunção hegemônica recém conquistada, também abalada pelos insucessos no Oriente Médio e por uma rápida sucessão de ditaduras por regimes democráticos na América Latina.

O novo quadro, independentemente do que se havia previsto para o final do século XX, ainda que se enalteçam Orwell e Hobsbawm, favoreceu de imediato o surgimento de uma economia política moderna globalizada, estratificada em blocos econômicos e claramente dominada pelas potências industriais ocidentais e suas empresas transnacionais. A partir de então, aborda-se com destaque e sem efeitos nostálgicos a Alemanha reedificada sob esforços estruturais do pós-guerra, de Adenauer e Erhard, responsáveis pela economia política da reunificação.

Sob outra ótica, não totalmente aleatória à anterior, estamos presenciando a ascensão da rápida liberalização de vários mercados internacionais, gerenciados ou governados pela primeira vez pelas emoções ou pela capacidade de seus líderes, e não, pela máquina do Estado, que, após o Consenso de Washington, tenderia a encolher sem apresentar inovadoras contrapartidas de políticas de bem-estar social. A reunificação alemã, ainda que tenha provocado um conflito distributivo no lado ocidental,

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e professor de Formação Política e Econômica da América Latina, Formação Política e Econômica do Brasil da Universidade Católica de Brasília.

não chegou a destruir ou, pelo menos, a comprometer a consecução dos compromissos assumidos anteriormente nas décadas de predominância da Guerra Fria pelo Estado de bem-estar alemão, retratada na clara diminuição da taxa de desemprego de 10% em 1950 para 1% em 1960, apresentando às novas gerações uma situação típica de um *déjà-vu*.

A economia global pós-URSS, representada pela supremacia alemã inserida no arcabouço da União Européia estende-se, de certa forma, com externalidades advindas dessa conquista e, conseqüentemente, torna-se sem restrições na economia política de mercado mais jovem do mundo. Nos dias atuais, permanece marcada por algumas exigências macroeconômicas herdadas das transferências monetárias para a reunificação, que, felizmente, não chegaram a ser classificadas de extenuações comprometedoras do equilíbrio fiscal.

Segundo Kurz, entre 1991-1993 as transferências oficiais de recursos para o lado oriental alcançaram cerca de aproximadamente 400 bilhões de marcos, sendo que dois terços desse valor migraram sem retorno para o consumo subvencionado, nas formas de adequação de rendimentos ou acréscimo de salário. A implementação desses gastos retrata, sem dúvida, não somente uma das múltiplas faces do êxito da vitoriosa economia política de mercado da Alemanha, como também, a extensão de tentativas para uma possível sobrevivência do *Welfare-State* no Ocidente, há muito idealizado por Galbraith.

O fim do conflito Leste-Oeste também alteraria as relações dos EUA com as principais potências européias, notadamente a Alemanha. Estas, diferenciadas das que existiam antes do fim da Guerra Fria, tidas como matrimoniais, transformariam as potências em estados concorrentes em potencial, mesmo antes da concretização da UE. Os EUA, após a queda do muro de Berlim têm instado a Alemanha a assumir a liderança européia e a responsabilidade de potência mundial, isto é, fazer valer todo o seu peso político no velho continente. A proposta americana se aceita pelo *Bundestag* pode significar, pelo lado norte-americano, uma séria oportunidade

para o surgimento de uma nova bipolaridade. Mas, pelo europeu, uma nova expressão de arrogância, com sérios motivos de reclamações de seus parceiros na UE. A Alemanha reunificada e livre segue sozinha seus passos, do contexto europeu ao completo cenário mundial, demonstrando que o período de tutela norte-americana, desde há muito, já está encerrado.

O posicionamento da Alemanha, firme e surpreendente, não significou, entretanto, uma nova forma de neutralidade política análoga à predominante na América na década 1930 – 1940, mas uma demonstração de que a Europa tem um novo peso político e que uma nova aliança não caracterizada como econômica deve ser vista apenas como mais uma proposta para uma nova liderança de poder que não une, e sim, divide. Para os líderes alemães a proposta americana tornar-se-ia, além de contraproducente, impeditiva à manutenção de autovalorização da Europa, quando se ainda se objetivava a concretização da própria UE. A negação alemã à proposta americana para a formação de um novo eixo bipolar deixou os EUA com a total e exclusiva responsabilidade pela condução da unipolaridade política, pela primeira vez, demonstrada pela liderança européia no pós-guerra.

A Europa unida monetariamente graças ao fortalecimento autárquico da UE não parece muito inclinada a aceitar a unilateralidade política norte-americana, quando questiona o poder republicano, a começar pelo *affair* Iraque, que está pondo à prova não somente a validade, mas também, a eficácia seu fundamento ideológico, isto é, a Doutrina Bush. A política externa americana conduzida pelo secretário Powell parece distanciar cada vez mais o sucesso diplomático do político condicionando-o ao militar, distanciando, conseqüentemente, o poder econômico das possibilidades de novos êxitos compatíveis com seu posicionamento no ranking mundial, demonstrado pelo PIB de US\$ 10,417 bilhões e pelo IDH de 0,939, em 2002.

Para a Alemanha torna-se cômoda sua atual posição de neutralidade paralela à admitida pelos

demais estados da UE quanto a unilateralidade política americana, pois as possibilidades de êxito da política externa dos EUA no Oriente Médio são remotas, ao contrário do contexto em que os êxitos auferidos por Washington durante a Guerra Fria garantiram-lhe por muito tempo e, sem sombra de dúvida, a tutoria da hegemonia político-militar do Ocidente. A economia da Alemanha, com o PIB de US\$ 1 976 bilhões e o IDH de 0,925. É a terceira do mundo, depois dos EUA e do Japão e a primeira no espaço da UE, além de assentos significativos da OCDE e na OTAN.

Ao contrário do que externa Kurz, ao abordar o custo de oportunidade sócio-econômico da reunificação, a segurança social tem um peso muito elevado, pois os alemães conquistaram direitos sociais muito extensos e significativos, que continuam garantidos pelos sucessos do crescimento econômico. Diferentemente dos EUA, prevalece na Alemanha uma macrofiscal equilibrada, cujas externalidades, além do crescimento, retratam a distância de bolhas e flutuações comprometedoras da equidade distributiva, vistas atualmente como heranças do período de Erhard.

Não obstante o quadro predominante de liderança compartilhada entre os EUA e a Alemanha, Soros, cujo *Quantum Fund* estende-se de Wall Street – passando por Manchester, Moscou e Bruxelas a Bangok – admite que o mundo teria muito a ganhar se adotasse os valores norte-americanos, pois o modelo político dos EUA mostra que as relações internacionais são relações de poder, não relações legais. É o poder que prevalece e a lei legítima aquilo prevalece. Ainda, segundo Soros, os governos anteriores não usaram totalmente a força do seu poderio. Trata-se de uma visão de política externa inadmissível ao concerto das nações prevalecente no século XX, em face da existência do multilateralismo. Tem sido tratada por Soros de noeconservadora – uma espécie de darwinismo social – que contrasta com a

tendência predominante de fortalecimento partilhado, ainda que, de forma não eqüitativa, entre os blocos econômicos.

A atual estratégia política americana é um paradigma republicano, iniciado no período Eisenhower, incentivado pelo governo Kennedy, que apesar de democrata, foi o mais comprometido com as ameaças da Guerra Fria divididas entre Berlim e Havana. Teve continuidade no governo Reagan. Nesse período, o protecionismo norte-americano deu alguns sinais de acomodação em troca de alianças e de um equilíbrio estratégico, que seguia firmemente os passos finais da URSS. Particularmente à Europa, esse protecionismo foi exacerbado algumas vezes – a exemplo da crise dos mísseis em 1962 – quando os EUA descartaram de maneira sumária a hipótese de compartilhar com seus aliados qualquer decisão que pudesse resultar na destruição nuclear, tanto da Europa Ocidental, quanto da América do Norte, fato que permitiu à Europa, a partir de então, encarar a liderança política americana com reservas.

Em síntese, no contexto político mundial a liderança alemã não ultrapassa a americana. Entretanto, a sobriedade de sua política externa, notadamente em relação ao mundo árabe e às economias emergentes, além da coesão de seus partidos políticos e de seu posicionamento na UE tem permitido a abertura de novas vias de negociação internacional. Por conseguinte, o surgimento de um novo do eixo econômico mundial compartilhado entre os EUA e as principais lideranças da UE, mesmo num longo prazo, parece remoto quanto a volta do capitalismo de estado no Leste europeu. Para alguns internacionalistas esse novo eixo econômico poderia ser estendido à Eurásia, porém, em proporções de menor grau de importância que atualmente detém as principais potências da UE, em particular, a Alemanha, França e Reino Unido.



Eleições americanas e o semblante político de Reagan

Virgílio Arraes*

Os Estados Unidos (EUA), desde o fim da Guerra Fria, deparam-se com seu momento mais crítico com relação à condução da nova ordem mundial: patinham militarmente no Afeganistão e, principalmente, no Iraque, lamuriavam-se com os países líderes – França e Alemanha – da União Européia por diferença de objetivos quanto ao papel das Nações Unidas (ONU), agastam-se com a ascensão comercial da China, observam, de forma retesada, a maior alta recente dos preços do petróleo e assistem atônitos ao malogro de seus dois grandes projetos para o mundo: o neoliberalismo formalmente democrático e a Doutrina Bush, que se firma no direito do uso preventivo da força, à margem de autorização da comunidade internacional, contra países do 3º Mundo, em especial os deslocados de suas diretrizes ideológicas.

Assim, ante a fragilidade dos resultados do seu ideário de remodelamento global, os Estados Unidos vivenciam considerável desgaste, que lhe acarreta um estado de tensão permanente, seja pelo recrudescimento de posturas politicamente antiamericanas, mais presentemente estabelecidas no Oriente Médio e América do Sul, seja pelas breves intermitências das violentas intimidações do integrismo islâmico, manifestas também contra seus aliados mais próximos.

Em face da presente consumição, os republicanos intentam valorizar seu ideário conservador, ao enfatizar as homenagens ao seu mais destacado artífice da segunda metade da Guerra Fria: Ronald Reagan, quadragésimo presidente do país, falecido aos 93 anos em junho último. Ele comporia a trinca política – ao lado da Primeira Ministra britânica, Margaret Thatcher, e do Papa João Paulo II – que, a partir do início dos anos 80, não pouparia esforços para o fim dos regimes socialistas no leste europeu.

Dez anos antes, *mutatis mutandis*, o Partido Republicano prestou homenagem a outro de seus notáveis membros, Richard Nixon, que recuperava lentamente sua reputação política – anos após sua renúncia em agosto de 74 em virtude de acusações, dentre outras, referentes à obstrução de investigações judiciais e abuso de poder – por meio da participação em análises de política internacional, especialmente as relacionadas com a Guerra Fria e China, país que visitara em 1972 e com o qual assinara tratados de comércio.

Entretanto, o preito não ultrapassaria muito o âmbito partidário, visto que o país ainda manifestava bastante autoconfiança no cenário internacional e era governado pelo democrata, ainda que conservador, Bill Clinton. De certa forma, Nixon geraria muitos dos fundamentos da política externa contemporânea dos republicanos, que seriam adaptados e executados poucos anos depois por Reagan, que os ampliaria, ao estabelecer a diretriz de apoio a movimentos políticos conservadores no 3º Mundo como modo de enfraquecimento de possíveis aliados da União Soviética (URSS).

O falecimento de Reagan ocorreu em um momento em que os Estados Unidos passam por dificuldades extremas em sua política externa, como já acima mencionado, além de, internamente, haver desgaste considerável do Presidente Bush em relação a sua capacidade de administrar e defender eficazmente o país contra novos inimigos – encarnados não mais pelos tradicionais Estados-nações, mas por grupos terroristas irmanados pelo fundamentalismo.

Deste modo, o legado político de Reagan vem sendo extremamente valorizado, ao enfatizar-se suas políticas econômicas – *reaganomics* – que

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB).

advogavam a visão de que, com a redução de alíquotas de imposto e de gastos governamentais, o país cresceria automaticamente, em decorrência do estímulo ao consumo individual e a novos investimentos, que, por seu turno, manteriam no mesmo nível a arrecadação governamental ou até mesmo a aumentaria.

Sem dúvida, o grande trunfo de sua gestão foi a política externa, ao encerrar vitoriosamente o terceiro grande conflito do século XX: a Guerra Fria, com a exaustão material e ideológica da União Soviética, por meio da ampliação dos gastos armamentistas e do financiamento de movimentos sectários de direita no 3º Mundo, bem como o estímulo à tecnologia microeletrônica – base da 3ª Revolução Industrial. O fim da alternativa soviética ensejaria a conclusão de dois séculos de revoluções e insurreições populares contrapostas, a princípio, a regimes conservadores, reacionários, metropolitanos etc.

Com a sobrelevação de seu ideário, os meios de comunicação tradicionais relevaram aspectos não laudatórios de sua administração como: a redução orçamentária de vários programas sociais – alguns dos quais criados ainda por Roosevelt antes da II Guerra Mundial; o expressivo crescimento do déficit público e elevação da taxa de juros, que triplicariam o valor da dívida do país; a diminuição do percentual da tributação, que beneficiaria grandes empresas e extratos da sociedade a partir da classe média alta; o aumento da distância entre os mais e os menos

aquinhoados; a geração de novos empregos com remuneração média menor; a militarização da economia por meio da intensificação da corrida armamentista.

Além disto, mencione-se o caso Irã-Contras, em que houve a venda secreta de armas para o Irã – considerado pelos Estados Unidos um país terrorista após ter-se transformado em uma teocracia – com vistas à liberação de norte-americanos aprisionados por grupo extremista no Líbano simpático ao regime xiita. Ao mesmo tempo, parte dos lucros foi destinada a financiar a oposição armada ao governo revolucionário – sandinistas – da Nicarágua.

Com o mandato de Reagan, a gestão de Bush tem alguns pontos em comum, como, entre outros, o conservadorismo moral, o menosprezo pela disciplina orçamentária, a militarização do país – por onde o país pratica um keynesianismo supostamente encoberto –, o desdém por políticas ambientais, o menoscabo pelos organismos internacionais.

Todavia, diferentemente de Bush, a sociedade americana ‘redimiria’ a administração de Reagan, em decorrência da reafirmação do poder militar, econômico e ideológico do país, perdido parcialmente por causa da inabilidade na condução da Guerra do Vietnã e da crise econômica proporcionada pelos dois choques do petróleo. Portanto, resta saber se o eleitorado americano acredita que o candidato republicano possa reverter a atual situação de desprestígio gerada pela sua própria administração.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

Uma agenda sobre o quê não fazer: os equívocos da “sociedade civil”

Paulo Roberto de Almeida*

Pouco antes da abertura da XI UNCTAD, em São Paulo, um fórum designado como sendo da sociedade civil – isto é, constituído por organizações da sociedade civil que foram autorizadas pela própria UNCTAD, com amparo de seus respectivos Estados-membros, a participar do evento – deu a conhecimento público uma assim chamada “declaração da sociedade civil internacional para a UNCTAD XI”, que condensa uma série de propostas que esse fórum entende como sendo benéficas ao desenvolvimento dos povos que ele acredita representar. As entidades brasileiras participantes não tiveram os seus nomes divulgados no site desse fórum, mas elas estão organizadas em torno de duas entidades de coalizão: a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong) e a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip).

O documento liberado pelo fórum da sociedade civil começa recusando a própria declaração da UNCTAD: “O Documento oficial desta Conferência declara: ‘a globalização é uma força poderosa e significativa para o crescimento e o desenvolvimento’. Esse tipo de globalização, entretanto, não reflete o processo observado na realidade. Além disso, essa

visão é inconsistente com a análise apresentada posteriormente no próprio documento que aponta o impacto negativo e a concentração de riqueza causados pela implementação da agenda neoliberal e da globalização.” Creio, pessoalmente, que as organizações representadas no fórum não souberam fazer direito o seu dever de casa, uma vez que sem qualquer fundamentação empírica, dados concretos retirados da realidade ou estudos demonstráveis de casos nacionais de países envolvidos na globalização, elas recusam as conclusões formuladas por quase duas centenas de países membros da UNCTAD e pretendem reinterpretar o processo de desenvolvimento observado no período recente. Elas ficam nos devendo esses estudos em próxima ocasião.

Como acredito, por outro lado, que as propostas apresentadas por esse fórum, se implementadas, tornariam o mundo ainda mais injusto e desigual, piorando consideravelmente a condição econômica e a situação social dos povos, permito-me tecer considerações sobre cada uma delas, que são transcritas em sua forma original na coluna da esquerda, abaixo.

Declaração do Fórum da Sociedade Civil para a UNCTAD XI São Paulo, 13/06/2004

<i>Texto original da declaração</i>	<i>Comentários do Autor</i>
Que se rejeite a chantagem financeira, os bloqueios econômicos, a intervenção militar e a ocupação ilegal por parte de Governos ricos em nome das corporações transnacionais e investidores;	Seria interessante que fossem trazidos exemplos concretos das chantagens, bloqueios e intervenção feitos por governos em nome das corporações transnacionais (TNCs) e investidores, pois o tipo de linguagem do documento parece politicamente motivado, sem refletir casos existentes, mas traduzindo uma prevenção de princípio contra essas empresas e os investidores estrangeiros.

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

Declaração do Fórum da Sociedade Civil para a UNCTAD XI
São Paulo, 13/06/2004

<i>Texto original da declaração</i>	<i>Comentários do Autor</i>
Que a dívida externa seja definitivamente cancelada, liberando imediatamente os países pobres dessa carga, e que as corporações transnacionais sejam cobradas por suas responsabilidades no endividamento mais recente; Que os Estados recuperem e/ou retenham seus direitos de soberania para definir políticas domésticas, que não afetem outros países, e que tais políticas sejam adequadas às realidades nacionais, em diálogo e concertação com a sociedade civil;	Uma recomendação que pode resultar em uma interrupção dos fluxos de recursos voluntários a países mais pobres, que já foram contemplados com diversos esquemas de redução de dívida, em sua maior parte de responsabilidade de agências públicas e não das TNCs. Esse cancelamento faria, provavelmente, mais mal do que bem à maior parte dos países em desenvolvimento, sobretudo aos ditos emergentes, como o Brasil.
Que o comércio internacional e as instituições e instrumentos ligados a ele sejam submetidos aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e aos acordos e convenções emanadas de processos relevantes da ONU e das Metas de Desenvolvimento do Milênio;	Os Estados, sobretudo dos países em desenvolvimento, sempre ostentaram uma margem considerável de liberdade (ou “soberania”) para definir e implementar políticas nacionais de desenvolvimento, sem que sua situação, no entanto, tenha conhecido melhora sensível ao longo das últimas décadas. Que tal se, por uma vez, eles tivessem menos margem de manobra para conduzir políticas irresponsáveis ou inconsistentes com um processo de desenvolvimento econômico sustentável e socialmente incluyente? Talvez a qualidade das políticas públicas melhorasse ou houvesse menos corrupção e desvio de recursos para fins não essenciais.
Que a UNCTAD se engaje de forma ativa na criação e gestão de mecanismos multilaterais destinados a sustentar e regular os mercados de commodities, particularmente de produtos agrícolas;	Isso na verdade já ocorre e apenas quem não conhece os acordos de comércio pode acreditar que eles contradigam princípios de direitos humanos ou outras convenções da ONU. Os países, de toda forma, dispõem de liberdade para deixar de implementar cláusulas de comércio internacional se elas contradizem princípios de ordem pública, de saúde ou de interesse nacional relevante.

**Declaração do Fórum da Sociedade Civil para a UNCTAD XI
São Paulo, 13/06/2004**

<i>Texto original da declaração</i>	<i>Comentários do Autor</i>
Que a UNCTAD reconheça e promova o direito de cada país ou grupo de países à soberania alimentar e o direito dos mesmos de promover a proteção de suas economias e agriculturas, incluindo tarifas e restrições quantitativas que são os principais meios de proteção dos países pobres. Acreditamos que os países precisam se unir para garantir esses direitos. E é nesse importante contexto que nós apoiamos o diálogo e a cooperação entre o G-20 e o G-90;	As tentativas de regulação, isto é, de intervenção, nos mercados de commodities e de produtos agrícolas em geral sempre provocaram desequilíbrios cumulativos, em detrimento, geralmente dos mais fracos. Ignorar as leis da oferta e da procura e princípio das vantagens comparativas é o mais curto caminho para o desastre econômico e novos desgastes sociais.
Que as corporações transnacionais sejam proibidas de utilizar artifícios legais contra políticas e ações voltadas ao desenvolvimento e que seja criada legislação de responsabilização e transparência para suas atividades. Isso inclui o direito legal de cidadãos e comunidades de proteger-se contra investidores que violem seus direitos;	Soberania alimentar costuma redundar em autarquia econômica, o que geralmente é pouco eficiente e de toda forma impossível de ser atingido. Legitimar a proteção agrícola, com base em restrições quantitativas, já foi amplamente condenado pela experiência histórica, como fonte de injustiças, abusos, ineficiência e prejuízo dos consumidores. Pregar esse tipo de medida é um caminho seguro para novos desastres e abusos dos mais fortes.
Que haja um efetivo compromisso dos governos com a superação das desigualdades de gênero, raciais e étnicas, proteção da diversidade cultural, e proibição da discriminação baseada na orientação sexual na definição de políticas de desenvolvimento e de políticas orientadas para o combate à pobreza;	As TNCs já são submetidas às mesmas regras e leis que as demais companhias e os indivíduos em geral: pretender controlá-las de forma mais intrusiva do que as demais empresas representa o caminho mais rápido para a fuga do investimento estrangeiro e o isolamento em relação aos fluxos de bens, capitais, tecnologia e novos serviços. A medida é claramente contraproducente e totalmente lesiva aos interesses dos países em desenvolvimento e dos mais pobres.
Que sejam garantidos os direitos sociais, econômicos, trabalhistas e sindicais;	Os governos são inteiramente livres para fazê-lo, desde sempre, e não se compreende como poderia ser de outra forma. Apenas as ditaduras e regimes fechados podem praticar esses tipos de políticas discriminatórias e ilegais, com respeito às principais convenções existentes no plano multilateral.

Declaração do Fórum da Sociedade Civil para a UNCTAD XI
São Paulo, 13/06/2004

<i>Texto original da declaração</i>	<i>Comentários do Autor</i>
Que seja assegurada a soberania sobre os recursos naturais, commodities e a biodiversidade.	Muito louvável que seja assim, mas seria preciso lembrar que apenas dispõem de direitos trabalhistas e sindicais aqueles cidadãos já incluídos numa economia formal, regida por regras legais e efetivas. Este, porém, não é o caso de grande parte da população dos países em desenvolvimento, que enfrentam problemas graves de cumprimento de leis. Por outro lado, a garantia absoluta de certos direitos atua, em certos casos, contra a inclusão do maior número no mercado formal de trabalho.
Que a transferência de tecnologia seja facilitada e que sejam proibidos o patenteamento de seres vivos e a comercialização de medicamentos e organismos geneticamente modificados, para que seja promovido um desenvolvimento verdadeiramente soberano, sustentável e equitativo.	Essa soberania já parece amplamente assegurada. Facilitação de transferência de tecnologia significa, em grande medida, um desestímulo àqueles que se dedicam a inovar e produzir novos bens e serviços dotados de processos protegidos, como pode ser o caso dos medicamentos. A proibição de OGMs é simplesmente uma medida estúpida e contrária aos interesses concretos dos povos mais pobres.
Que práticas de comércio justo sejam encorajadas.	Muito justa a demanda, mas ela dá margem a um certo grau de arbítrio, na medida em que dificilmente se alcança um entendimento amplo sobre o que sejam práticas de comércio justo: trabalhadores de países ricos, por exemplo, podem achar que todos devem dispor de uma ampla rede de seguridade social, geralmente não disponível em países mais pobres, e daí pretender barrar o acesso dos produtos destes últimos a seus mercados.

Fonte: www.forumsociedadecivil.org.br; acesso em 20.06.04

As organizações representadas no fórum terminam seu documento dizendo que “Estamos convencidos que o livre comércio não distribui os recursos de maneira equitativa. Uma democracia viva e participativa, baseada na cooperação econômica e num ambiente de solidariedade e paz, permitirá uma

distribuição mais justa e equitativa da riqueza entre as nações e os povos.”

Ora, se existe um consenso, um dos poucos, entre os economistas, desde quase dois séculos, é justamente o que se formou em torno dos efeitos benéficos do livre comércio, isto para todos, repito,

todos, os participantes de uma relação comercial. Diga-se de passagem que o comércio nunca distribui recursos, mas tão simplesmente produtos da inventividade e da operosidade humana, que geralmente são mais bem distribuídos num sistema de livre acesso aos mercados de todos os participantes da relação. Regimes fechados ou administrados são pouco eficientes e mais custosos, fazendo todos ficarem um pouco mais pobres do que seriam com livre comércio. Por fim, não se sabe bem em que, como e por que, exatamente, um sistema de livre comércio deveria opor-se ou colocar em contradição com um sistema democrático, que existe na esfera política e social e não interfere em quase nada com os princípios do livre comércio, antes os estimular e promove. O livre comércio é justamente o sistema que mais promove a cooperação econômica e a solidariedade entre as sociedades, que por sua vez funcionam mal em regimes fechados ou autárquicos.

Creio, assim, que o fórum da sociedade civil deveria voltar a reunir-se para ler mais um pouco manuais de economia e livros de história econômica em geral, pois ele não parece ter compreendido

corretamente o modo de funcionamento das sociedades nem aprendidos as lições da história. A ignorância em matéria econômica e o desprezo em relação a experiências já condenadas pela história – como os regimes autárquicos, protegidos e de comércio administrado – costumam resultar em fracassos lamentáveis do ponto de vista do bem estar dos povos que se pretende representar, como inúmeros exemplos já o demonstraram na América Latina e no próprio Brasil. As sociedades civis responsáveis por essa declaração estão mais próximas de perpetuar esses desastres do que de produzir comércio justo ou desenvolvimento econômico e social. Que dirigentes sensatos não se deixem levar por declarações desse tipo, cujas recomendações já se revelaram desastrosas em outras épocas em uma variedade imensa de povos dos países em desenvolvimento. Apenas a irresponsabilidade ou a inconsciência de certas pessoas, poucas delas, se alguma, engajadas de fato em atividades empresariais, permite entender que recomendações desse tipo ainda sejam feitas em pleno século XXI.



O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

A crise no Sudão

Pio Penna Filho*

Afetado por uma das mais duradouras guerras civis do mundo, o Sudão entrou noutro círculo de fogo com os acontecimentos na região de Darfour, situada no oeste do país e zona fronteira à República do Chad. Não bastasse a já prolongada e devastadora guerra entre o norte e o sul animada, dentre outros motivos, por fatores religiosos, o país encontra-se agora com duas frentes de guerra interna e sob suspeita de ligações com o terrorismo internacional, especialmente com a rede Al Qaeda, o que coloca o Sudão como um dos principais centros de preocupação internacional no continente africano.

Durante muitos anos o Sudão não significou preocupação para a comunidade internacional, pelo menos não para os países mais desenvolvidos. Prova disso é que a comunidade internacional pouco fez de efetivo para romper com o ciclo de violência entre o Norte e o Sul, não passando suas atitudes de tímidas políticas de acompanhamento do grande fluxo de refugiados causado pela longa guerra e pela denúncia intermitente envolvendo a escravidão de pessoas na região. Com efeito, o governo de Cartum, sob influência predominante de muçulmanos, oprimiu e reprimiu violentamente as populações animistas e cristãs do sul do país, as quais se constituem em minoria no universo populacional sudanês (cerca de 70% da população do país é muçulmana, 25% animistas e apenas 5% professam o cristianismo) e praticamente só eram lembradas por organizações não-governamentais preocupadas com a questão dos direitos humanos e assistência humanitária. Nem mesmo as organizações africanas demonstraram efetivo interesse em pressionar seriamente o governo do Sudão para forçar uma negociação entre o Estado e os rebeldes.

A situação no Sudão começou a mudar, e mesmo assim de forma muito lenta, somente após o fim da Guerra Fria. Na verdade, o que fez com que as atenções internacionais se voltassem para o país foi a intensificação das ações do terrorismo internacional em sua vertente islâmica e anti-americana. Quando o governo dos Estados Unidos da América identificou a existência de laços entre o governo de Cartum e grupos terroristas, passou a monitorar com mais intensidade os passos do governo sudanês. Vale lembrar que os Estados Unidos chegaram a bombardear o Sudão em 1998.

A decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas em pressionar o governo do Sudão na crise de Darfour não corresponde com a prática do mesmo Conselho em outros casos envolvendo países africanos. Deixa, pois, uma dúvida no ar com relação às reais intenções por trás dessa decisão. Até que ponto, atendendo aos interesses norte-americanos, não estaria o Conselho de Segurança das Nações Unidas? Seria essa apenas uma medida de “enquadramento” do governo muçulmano de Cartum? Tendo em vista que nem as Nações Unidas e nem tampouco as organizações regionais africanas até o presente momento tomaram decisões concretas e efetivas para lidar com graves crises de alto impacto humanitário em países africanos, salvo raríssimas exceções, é legítimo questionar a “boa intenção” com relação a Darfour.

Darfour tem sido apontado como um caso grave de violação dos direitos humanos. Cálculos imprecisos e até certo ponto vagos, indicam que cerca de quinhentas mil pessoas se transformaram em refugiados ou deslocados, vivendo em precaríssimas condições em campos próximos à fronteira com o

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e Professor de História Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Chad ou em território deste país. A situação de todo esse contingente humano é calamitosa.

Por um lado, a assistência humanitária por parte das Nações Unidas e de organizações não-governamentais vem impedida ou dificultada pelas autoridades governamentais sudanesas. Por outro lado, há evidências de que as milícias árabes conhecidas como “Janjaweed” estão promovendo uma verdadeira política de limpeza étnica na região, e o que é pior, elas estariam atuando sob patrocínio ou cobertura do governo central. A ação dessas milícias inclui uma plêiade de atrocidades, que vão desde roubo, assassinato e estupro da população indefesa. Segundo a imprensa internacional, a estimativa mais plausível, embora também algo imprecisa, indica que entre cinquenta e setenta mil

pessoas já teriam sido mortas em decorrência desse conflito.

Outro aspecto a ser destacado no caso de Darfour é que trata-se de um conflito de natureza distinta da “tradicional” guerra entre o norte e o sul. Em Darfour, o elemento religioso não é decisivo nem tampouco originou a guerra. Assim, ele assume em certa medida uma feição étnica, haja vista que os agressores compõem-se de milícias de origem árabe atuando contra populações negras, muito embora ambas as partes professem o Islã. Apesar desse aspecto, não se deve desconsiderar a questão das riquezas minerais encontradas na região, fundamento maior do conflito pelo desejo de controle das mesmas por parte de lideranças regionais que entraram em rota de colisão com o poder central.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

El Mercosur y los diez años de Ouro Preto: hacia una nueva estructura institucional del bloque?

Lincoln Bizzozero*

1. Un nuevo aniversario: los asuntos pendientes en la estructura institucional

El MERCOSUR se aproxima a los diez años de la firma del Protocolo de Ouro Preto y como todo aniversario abre una etapa de debates, reflexiones e intercambios que dan cuenta del estado de situación y de las ideas predominantes en cuanto al siempre delicado tema del camino a seguir y las opciones planteadas.

El aniversario está condimentado por otro ingrediente como lo es que la próxima cumbre se celebrará en Ouro Preto y ya se ha avanzado que será la oportunidad para que se apruebe un protocolo con las reformas que acuerden los Estados.

Ouro Preto significó en su momento el pasaje a una nueva etapa que trajo como consecuencia otras responsabilidades y desafíos vinculados en primer lugar con la definición de una estrategia de desarrollo conjunta; en segundo orden con el funcionamiento de una nueva estructura institucional que incorporó otros órganos y por ende modificó las interacciones y la dinámica funcional; en tercer término con la dilucidación de la personalidad jurídica internacional con las consiguientes consecuencias en tanto bloque en las negociaciones frente a terceros; y finalmente con la consideración de los Parlamentos y representantes de la sociedad civil a los efectos del acompañamiento y legitimación de la nueva etapa del proceso regional.

El Protocolo de Ouro Preto no trató los aspectos fundamentales relativos a los principios de funcionamiento entre los Estados- Partes, quedando todo el sistema de toma de decisiones edificado sobre el pilar de la igualdad jurídica entre los Estados, sin consideración de las asimetrías estructurales que

atañen a la dinámica conjunta, las políticas comunes y el forjamiento de una identidad regional.

En esa lógica, el Protocolo no profundizó en la arquitectura institucional y dejó abierto diversos problemas vinculados a la incorporación de las normas aprobadas en las instancias regionales, a la articulación entre las instituciones regionales y entre las mismas y los Estados, a la definición de ámbitos de competencia entre los niveles regional y nacional, a las relaciones externas de los Estados, a la ampliación del mecanismo de solución de controversias entre otros. Los temas y problemas abiertos no tuvieron un peso significativo ya que el MERCOSUR daba muestras de vitalidad con el incremento del comercio regional. Por otra parte, las insuficiencias en el entramado institucional, en los avances frente a los objetivos definidos en el Tratado y en otros temas que pudieran surgir del proceso como el atinente a las negociaciones con terceros, fueron canalizados en el “Programa de Acción del MERCOSUR hasta el año 2000”.

Las externalidades negativas producto de las asimetrías estructurales coadyuvaban a que se manifestaran otros sectores económicos y actores de la sociedad civil por una mayor información y participación en el proceso regional. Por otra parte frente al agotamiento de un determinado modelo y la crisis de crecimiento que se instaló en la región hacia fines del siglo pasado, el cuerpo político y los parlamentos nacionales comenzaron a reivindicar un mayor protagonismo en la orientación del MERCOSUR. De esta forma, coincidentemente con la crisis del MERCOSUR se planteaba la alternativa de superar el déficit democrático y social como camino para revitalizarlo.

* Coordinador del Programa de Política Internacional y Relaciones Internacionales de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República. Presidente de la Comisión Sectorial del MERCOSUR de la Universidad de la República. Profesor del Instituto Artigas de Servicio Exterior.

2. *Hacia una definición de las prioridades institucionales en el bloque*

Una primera y necesaria respuesta a los problemas suscitados por el funcionamiento institucional fue la denominada Agenda del relanzamiento en el año 2000, como consecuencia del cambio gubernamental en Argentina y sobre todo por el impulso prioritario que la política exterior de Brasil imprimió hacia el espacio sudamericano y el MERCOSUR. La Agenda de Relanzamiento identificó el fortalecimiento institucional y la incorporación de la normativa MERCOSUR como algunos de los temas prioritarios y proveyó determinadas respuestas a través del fortalecimiento de la Secretaría Administrativa del MERCOSUR y su transformación en Secretaría Técnica, una nueva estructura para el Grupo Mercado Común y la aprobación del Protocolo de Olivos.

Los cambios de gobierno que se procesaron durante el año 2003 en tres de los países de la región provocaron un nuevo replanteo del proceso a partir de una revisión de las prioridades consignadas, de los objetivos regionales y temporales y de los métodos para concretar los mismos. El eje argentino-brasileño logró impulsar de nuevo el proceso sobre la base de iniciativas comunes y valores compartidos que se reflejaron en dos documentos que adelantaron en su momento el camino a seguir en tanto bloque regional: el documento final de la reunión Kirchner – Lula que se realizó en Brasilia el 11 de junio del 2003, poco

antes de la primera cumbre MERCOSUR y el Consenso de Buenos Aires. De esos documentos surge el eje ordenador del camino a seguir y de las prioridades asignadas entre las cuales se cuenta el fortalecimiento institucional y el parlamento regional.

En la reunión cumbre del MERCOSUR de junio del 2003, Brasil presentó una propuesta para avanzar en el objetivo final del mercado común con el documento “Programa para la Consolidación de la Unión Aduanera y para el lanzamiento del Mercado Común. Objetivo 2006”. Ese documento tuvo algunas modificaciones producto de reformas introducidas por los gobiernos y fue posteriormente precisado antes de su aprobación en tanto Programa de Trabajo del MERCOSUR 2004 – 2006 en la reunión cumbre de diciembre del 2003 en Montevideo.

El Programa de Trabajo del MERCOSUR 2004-2006 es una decisión adoptada por el bloque y constituye una guía en tanto procura avanzar con cronogramas precisos y una metodología orgánica hacia la consecución de determinados objetivos. Una de las novedades que contiene el Programa de Trabajo es que contempla el tema de las asimetrías y en particular la situación de Paraguay por su condición de economía menor y de país sin litoral marítimo y un punto sobre el financiamiento compensatorio, que tiene como objetivo promover estudios para el establecimiento de Fondos Estructurales destinados a elevar la competitividad de los socios menores y de las regiones menos desarrolladas.

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na Loja do IBRI é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br>.

3. Ouro Preto II: hacia una reforma o un ajuste institucional?

La parte institucional, una de las cuatro que componen el Programa, consta de solamente dos puntos de los 29 que se contemplan en el total. Los dos puntos se refieren al Parlamento del MERCOSUR y al fortalecimiento institucional y en estas referencias debe circunscribirse la mirada frente a lo que pueda surgir en la próxima cumbre, porque constituye el punto efectivo de consenso de los gobiernos en el momento actual.

El Parlamento regional es una aspiración renovada de la Comisión Parlamentaria Conjunta y expresada en distintos ámbitos en los que se ha debatido el futuro del bloque. Tal cual ha sido planteada la propuesta de Parlamento por la Comisión Parlamentaria del MERCOSUR, no se visualiza un cronograma regional-nacional para llegar al mismo con la consiguiente brecha que se abriría con las sociedades nacionales (para qué un parlamento regional?; qué significado tiene para la sociedad?). Tampoco resultan evidentes los objetivos y el ámbito de competencia en la estructura institucional, ya que no se plantea una variación en relación a la Comisión Parlamentaria. Se puede argumentar que es una construcción, como efectivamente lo es, pero el punto fundamental sigue siendo el de vincular la creación de un parlamento regional con los representantes efectivos y para ello es necesario definir un “Maastricht político” con objetivos definidos para llegar al mismo.

El punto referido al fortalecimiento institucional retoma básicamente el camino avanzado en los últimos años y para ello Ouro Preto II es la oportunidad para aderezar la estructura institucional del MERCOSUR (completar la transformación de la Secretaría Administrativa en una Secretaría Técnica, reglamentación del Protocolo de Olivos, funcionamiento del Tribunal Permanente de Revisión del MERCOSUR, inclusión del Foro de Consulta y Concertación Política e inclusión y definición del ámbito de competencia de la Comisión de Representantes Permanentes). También se definirá un procedimiento para la vigencia inmediata de la normativa regional en los casos en que la misma no deba pasar por los Parlamentos. En cambio quedará abierto el tema de una mayor participación de la sociedad civil en el proceso regional que en el Programa está planteado como “fortalecimiento en la participación del sector privado”

Por lo tanto, Ouro Preto II constituirá un nuevo escalón de partida y una renovación –necesaria- que terminará de mostrar la cara regional de este momento. Además de eso, conformará la agenda para una nueva etapa de debates sobre temas institucionales que se plantean recurrentemente vinculados a los déficit democrático y social, relacionados con la información, los grados y niveles de participación, la representación de diferentes instancias de la sociedad civil y los principios de funcionamiento del bloque regional en que deben incluirse los asuntos referidos a los derechos y responsabilidades de los socios y el sensible aspecto de las asimetrías.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br

O Mercosul na geladeira

Janina Onuki*

A reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Puerto Iguazu (Argentina), região da Tríplice Fronteira, entre 7 e 9 de julho de 2004, tinha como objetivo – além da passagem da presidência pró-tempore do bloco da Argentina para o Brasil – discutir alguns pontos centrais para o aprofundamento da integração. Faziam parte da pauta da reunião, várias questões – desde acordos com outros países até a regulamentação da venda de gás, a liberalização de serviços, e a implementação de políticas educacionais. Com uma pauta tão extensa quanto os problemas que o bloco enfrenta, os objetivos da reunião ficaram tão difusos quanto costuma ser o discurso diplomático. O que ocorreu neste Encontro foi uma corrida presidencial para apagar o fogo iniciado dias antes com a decisão da Argentina de impor barreiras a produtos brasileiros. Mas essa prática não é novidade, tornou-se lugar comum no Mercosul – sobretudo por parte da Argentina- tomar decisões de forma unilateral, defendendo apenas os seus interesses nacionais.

O objetivo da reunião tornou-se um só: tentar garantir a continuidade do bloco, e não contaminar a imagem externa (sobretudo diante dos europeus), mostrando que estamos todos bem, e brigas podem acontecer entre “hermanos”, mas nada que não possa ser resolvido com um painel na OMC. Mas, talvez, o fogo tenha se alastrado mais do que o esperado e, deixou-se transparecer que os interesses individuais ainda prevalecem sobre o objetivo da integração, e a lógica de ganhos relativos permanecem nestes casos.

Entre os pontos da reunião, destacavam-se dois: o pedido de ingresso do México como membro associado ao Mercosul, e a agenda externa do bloco (ou seja, os vários acordos que o Mercosul vem avançando nos últimos meses – como União Européia,

Comunidade Andina, Índia, África do Sul e outros).

A prevalência de uma agenda externa é o que tem mantido o Mercosul vivo (como apontei no meu artigo anterior, publicado nesta coluna no mês de junho/2004), afinal é preciso estar bem vivo para mostrar as vantagens que existem em negociar com o bloco. E parece que acordos com outros blocos e países tornaram-se o ponto central para os países membros, como se isso pudesse garantir um pouco mais sobrevivência ao Mercosul. Ou seja, enquanto outros tiverem interesse em negociar com o bloco, ele existe. E acordos parecem não faltar – desde o tão esperado acordo com a União Européia, até a mais recente discussão de uma agenda com o Egito.

O maior desafio agora é justamente o acordo Mercosul-UE, cujo prazo para apresentação de propostas se encerra no final de julho, quando termina também o mandato negociador do atual Comissariado europeu. Estamos ainda à espera do jogo de melhoria das propostas para tentar fechar um acordo, cujo nível de abrangência vai depender da satisfação do Brasil com relação ao sistema e montante das cotas agrícolas, bem com a satisfação dos europeus nas ofertas brasileiras sobre regras de comércio.

O que provavelmente o Mercosul ainda não se deu conta é do impacto que terá sobre os países membros um acordo deste tipo, já que grande parte das regras ainda não foram incorporadas às agendas domésticas dos países. Certamente os europeus olham com desconfiança ao negociar com um bloco cujos membros impõem salvaguardas uns aos outros sem regras definidas. Outro acontecimento de destaque no Encontro de Puerto Iguazu foi a presença do Presidente mexicano Vicente Fox e o pedido para ingressar como membro associado do Mercosul. Isso foi anunciado à imprensa como um grande avanço

* Professora de Relações Internacionais da PUC-SP e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI).

da integração, e causou uma sensação de fortalecimento do bloco.

É antiga a discussão sobre o que deveria vir primeiro -e seria mais benéfico- no processo de integração: aprofundar ou expandir o Mercosul. E parece que decidimos pela via rápida e mais fácil: expandir sem discutir o aprofundamento do acordo, a internalização das normas e a garantia do cumprimento das decisões. Mas o que significa a associação do México ao Mercosul? O México, após definir uma estratégia de liberalização e diversificação de parceiros comerciais no final dos anos 90 – mesmo não tendo como deixar de priorizar o Nafta – tem claras pretensões políticas no Continente. Além de não ter interesse em apoiar a criação da Alca (até para não ampliar os benefícios conquistados com o Nafta para outros países), o México já declarou que tem todo interesse em ocupar o mesmo assento permanente no Conselho de Segurança que o Brasil aspira. Nessas condições, resta saber o que o Brasil ganha em associar o Mercosul ao México, do ponto de vista político, e o que isso significa em relação à liderança do país na América do Sul, anunciada como a prioridade do governo brasileiro.

Entretanto, o tema que prevaleceu durante todo o encontro, foram as barreiras que a Argentina quer impor aos eletrodomésticos brasileiros. Isso revela que nossos vizinhos continuam projetando no Mercosul a mesma visão que tinham no início dos anos 90 (com o governo Menem), vêem o Mercosul como uma alternativa para resolver vários dos seus problemas econômicos domésticos. A Argentina continua usando o argumento da baixa competitividade industrial do país, para justificar a criação de barreiras aos produtos brasileiros.

Esquece-se que a Argentina passou por processo de “desindustrialização” na década de 80, e com a abertura econômica nos anos 90, não houve investimento na modernização do parque industrial.

Aliás, na época a maior parte dos empresários argentinos nutria a percepção de que o Mercosul seria uma oportunidade para que o seu parque industrial pudesse ser modernizado e tornar-se competitivo no mercado mundial. O que eles percebem agora é que, com o atraso porque passavam suas empresas, não era possível alcançar o Brasil sem o apoio do governo. Mas este episódio só vem reafirmar a fragilidade institucional do Mercosul que não conseguiu criar uma forma eficaz de resolução de controvérsias, tanto no âmbito comercial, quanto nas discussões políticas em que cada vez mais se exige dos países comportamentos coordenados.

Questionados sobre a falta de mecanismos institucionais para resolver problemas que podem até ser comuns num processo de integração (mas não tão recorrentes, depois de treze anos de vigência do acordo), a resposta dos países membros foi a proposta de criação do Tribunal Permanente de Revisão do Bloco, para julgar pendências comerciais dos países membros. Mas isso não é nenhuma novidade, e vem sendo discutido desde o Protocolo de Olivos. O que há de novo numa estrutura que continua privilegiando a negociação inter-governamental, à medida que cada país indica seu “representante”? E Kirchner parece ter indicado um juiz suspeito de corrupção no seu país. Parece descaso, ou os mais indispostos com o discurso do vizinho poderiam interpretar isso como uma afronta ao Mercosul, pois ao indicar alguém que não se quer dentro do país, significa jogar o lixo para debaixo do tapete.

O fato é que nesta Reunião de Cúpula ficou evidente que este é um momento crucial para o Mercosul. Ou se enfrentam os problemas internos de frente, e os países se comprometem a aprofundar a integração de fato, atendendo inclusive às demandas de vários atores sociais. Ou a integração tende a ficar na geladeira, e com o risco de se congelar definitivamente.

